



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da  
Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores  
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/2692/2022	08/09/2022	Sai-AP/2022/136	26/09/2022

**ASSUNTO:** Requerimento n.º 458/XII (IL) – “Situação desumana de dois cidadãos na Fajã dos Vimes, ilha de São Jorge”, apresentado pelo Senhor Deputado Nuno Barata, da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Nuno Barata, da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, cumpre-me informar V. Ex<sup>a</sup>. do seguinte:

**1. Tem o Governo conhecimento da situação descrita no presente requerimento?**

Sim, o Governo Regional dos Açores, através dos Serviços da Vice-Presidência da Ilha de São Jorge, tem conhecimento da verdade dos factos e pleno controlo das situações descritas, estando a dar pleno cumprimento às competências que lhe estão atribuídas em matéria de Ação Social.

**2. Em caso de resposta afirmativa, por que motivo, ao não agir em conformidade, deixou entregues a uma situação profundamente desumana dois cidadãos que até estão a ser apoiados pelos mecanismos públicos de apoio social?**

O Governo Regional dos Açores, através dos Serviços de Ilha da Vice-Presidência, tem agido em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas e atuado nos seus campos de ação naquilo que aos mecanismos de apoio social diz respeito. No entanto, é de referir que nenhum dos cidadãos referidos é apoiado financeiramente pelos Serviços de Ação Social, nem existe qualquer contrato ou acordo com o Senhorio das habitações onde residem atualmente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

**3. Em caso de resposta negativa, quais as consequências que os responsáveis públicos nomeados politicamente pelo atual Governo Regional e os anteriores responsáveis por todo este processo vão acarretar, tendo em conta que a situação é do conhecimento público na ilha de São Jorge?**

Não aplicável, de acordo com a resposta anterior.

**4. Cópia de todo o processo de apoio e acompanhamento social promovido pelos serviços regionais de ilha, aos dois casos aqui denunciados.**

Não é possível facultar as cópias dos processos de apoio e acompanhamento social dos cidadãos referidos no requerimento em análise de forma a não ferir o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Neste âmbito, é de salientar que os Técnicos do Núcleo de Ação Social da Ilha de São Jorge, têm atuado em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas, no entanto, existindo pouca recetividade por parte dos cidadãos para serem acompanhados pelos Técnicos, não sendo estes apoiados financeiramente pelos Serviços de Ação Social e não tendo os mesmos qualquer contrato ou acordo com o Senhorio das habitações onde residem, não tem sido possível existir maior intervenção por parte dos Serviços de Ilha nestas situações, não deixando estas de continuar a merecer a atenção destes Serviços.

**5. Custos totais associados ao pagamento das rendas já pagas pela Segurança Social pelo aluguer do imóvel, que é propriedade de um antigo autarca do PS e cópia do contrato celebrado.**

Não existe qualquer contrato de arrendamento celebrado com a Região, nem com o Instituto de Segurança Social dos Açores, nem foi atribuído qualquer apoio para o pagamento da renda do imóvel onde residem estes cidadãos.

**6. Como foi feita a sinalização dos casos relativos a estes cidadãos e que motivos originaram a escolha do atual imóvel onde estão alojados?**

O Governo Regional dos Açores e o Instituto de Segurança Social dos Açores não tiveram qualquer intervenção na escolha do imóvel onde residem estes cidadãos, de acordo com o já explanado nas respostas às questões anteriores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

**7. Que ações de fiscalização e/ou monitorização foram realizadas pelas entidades competentes no tempo em que estes cidadãos estão a viver nestas condições?**

O Governo Regional dos Açores, através dos Serviços da Vice-Presidência da Ilha de São Jorge e dos Técnicos do Núcleo de Ação Social, efetuou várias ações de acompanhamento destes cidadãos, não tendo, no entanto, legitimidade para efetuar qualquer fiscalização às referidas habitações, de acordo com a resposta dada à questão número 5.

**8. Que obrigações contratuais tem o senhorio relativamente à manutenção dos apartamentos onde estão alojados estes dois cidadãos apoiados pela Segurança Social?**

O Governo Regional dos Açores não tem conhecimento das obrigações contratuais do Senhorio, uma vez que não tem qualquer contrato ou acordo com o Senhorio das Habitações onde residem estes cidadãos.

**9. Que fundamentos justificam a entrega da obra de beneficiação da casa da idosa (na Fajã dos Vimes) a uma empresa de construção civil de um antigo Autarca e Deputado Regional do PS?**

Considerando que o agregado familiar desta idosa era constituído também pela sua filha e pelo seu neto e que a propriedade da sua habitação própria permanente é dividida em partes iguais por ambas, foi formulado pela filha um requerimento de candidatura ao antigo Programa de Apoio à Habitação Degradada, a 31 de julho de 2017, tendo sido atribuído um apoio de 30.512,75€, por despacho da Senhora Secretária Regional da Solidariedade Social a 21 de janeiro de 2019, conforme Anexo I, e sendo este posteriormente publicado em Jornal Oficial a 6 de fevereiro de 2019, conforme Anexo II. Em relação à execução das obras de reabilitação da habitação em causa e do montante do apoio atribuído, informamos que o processo foi gerido de forma autónoma pelos beneficiários, não tendo conhecimento de qualquer intervenção tida pelo Serviços de Ilha na contratação do empreiteiro. Neste âmbito, este Governo informa que a execução dos trabalhos foi acompanhada pelos Técnicos dos Serviços de Ilha de São Jorge, tendo estes sido efetuados segundo as boas-práticas da construção civil e estando executada e comprovada a totalidade da despesa realizada. Mais informamos que no dia 10 de agosto passado foi feita a vistoria final à habitação, tendo sido certificada, pelos Técnicos dos Serviços de Ilha, a conclusão dos trabalhos de reabilitação da habitação em causa, conforme peças do processo individual, tendo sido dada ordem de pagamento da 5ª e última fase do apoio pelos Serviços de contabilidade da Direção Regional da Habitação no dia 6 de setembro, sendo assim



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

o processo dado como concluído e estando a habitação em condições de acolher o agregado familiar que é proprietário da mesma.

Em suma, o Governo Regional dos Açores, através dos Serviços da Vice-Presidência da Ilha de São Jorge não tem conhecimento dos fundamentos que justificam a adjudicação da obra de beneficiação da Casa desta cidadã a uma empresa de construção civil que, alegadamente, pertence a um antigo Autarca e Deputado Regional do PS, uma vez que a contratação e adjudicação da empreitada foi efetuada pelos beneficiários do apoio, conforme estabelece a Legislação em vigor.

**10. Que fundamentos justificam a entrega do processo de obras de beneficiação da casa do outro (na zona central da Ribeira Seca) a uma IPSS dirigida pela esposa do antigo responsável socialista pela Segurança Social?**

Em relação à reabilitação da habitação em ruínas que o cidadão é proprietário, informamos que o mesmo formulou um requerimento de candidatura ao antigo Programa de Apoio à Habitação Degradada, a 10 de outubro de 2011, tendo sido atribuído um apoio de 25.053,95€, por despacho da Senhora Secretária Regional da Solidariedade Social a 21 de janeiro de 2019, conforme Anexo III, e sendo este posteriormente publicado em Jornal Oficial a 6 de fevereiro de 2019, conforme Anexo IV. Considerando que foi assumido pelo beneficiário do apoio que não tem condições nem capacidade para gerir as obras de reabilitação da sua futura habitação própria permanente, foi celebrado um contrato de Gestão de Apoio, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 11º do DLR n.º 6/2002/A, de 11 de março, alterado pelo DLR n.º 22/2002/A, de 16 de dezembro, conjugado com o disposto no art. 53º do DRR n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro, alterado pelo DRR n.º 7/2004/A, de 26 de março, entre a Direção Regional da Habitação, o proprietário e a Casa de Providência de São José, conforme Anexo V, estando as obras a ser acompanhadas pelos serviços técnicos dos Serviços de Ilha da Direção Regional da Habitação e a ser executadas segundo as boas-práticas da construção civil, estando executada e comprovada despesa no montante de 17.733,70€ e faltando justificar 2.359,46€ das fases do apoio já recebidas pela referida Instituição, conforme Anexo VI. Neste seguimento, prevê-se a conclusão das intervenções até ao final do mês de outubro próximo, sendo que após a vistoria final por parte dos Serviços de Ilha será libertada a última fase do apoio, e o procedimento dado como concluído com a deslocação do beneficiado para a sua habitação própria permanente. Neste âmbito, é de salientar que têm ocorrido alguns atrasos na execução deste processo de reabilitação de habitação própria permanente, tal como em muitos outros, motivados pela



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

dificuldade de mão de obra na Ilha de São Jorge na área da construção civil, assegurando o Governo Regional dos Açores que neste processo só haverá benefício para o proprietário.

Em suma, Governo Regional dos Açores, através dos Serviços da Vice-Presidência da Ilha de São Jorge não têm, até ao momento, qualquer motivo para cessar com o contrato de gestão do apoio, celebrado com a Casa de Providência de São José, atribuído ao proprietário, dado que as verbas estão a ser aplicados de acordo com as boas-práticas da construção civil e com vista à criação de condições condignas de habitabilidade para o beneficiário, sendo este o único que irá ser favorecido neste processo.

**11. Que fundamentos justificam o realojamento, mesmo que provisório, destes cidadãos em apartamentos que são propriedade do antigo autarca do PS, sem o mínimo de condições?**

O Governo Regional dos Açores não tem conhecimento dos fundamentos tidos para o realojamento, mesmo provisório, destes cidadãos em apartamentos que são alegadamente propriedade de um antigo autarca do PS, uma vez que não tem qualquer contrato ou acordo com o senhorio destas habitações, não tendo desta forma qualquer responsabilidade naquilo que às condições dos mesmos diz respeito, sendo os contratos ou acordos de arrendamento da exclusiva responsabilidade do senhorio e dos inquilinos.

**12. Quantos mais processos de reabilitação e beneficiação de habitação degradada em São Jorge estão em curso, com necessidade de realojamento dos seus moradores?**

O Governo Regional dos Açores, através dos Serviços da Vice-Presidência da Ilha de São Jorge, não procedeu a qualquer realojamento, no âmbito da execução dos processos de reabilitação de habitação própria permanente dos processos em curso.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por : **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS**  
**DE FREITAS**  
Num. de Identificação: 07417882  
Data: 2022.10.03 10:22:38+00'00"



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

**DESPACHO**  
**12/DRH/2019**


Concluída a instrução do processo de candidatura n.º HD/2017/0150 (habitação degradada), de que é titular [REDACTED], contribuinte fiscal [REDACTED], residente em Rua [REDACTED], freguesia e concelho de [REDACTED] e tendo presente o teor e as conclusões do relatório final correspondente, nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, e do artigo 50.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro, conjugados com a alínea b) do artigo 9.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, determina-se o seguinte:

1. Aprovar o processo de candidatura n.º HD/2017/0150, de que é titular [REDACTED], contribuinte fiscal [REDACTED], relativo ao prédio urbano, destinado à habitação, sito à [REDACTED] freguesia de [REDACTED] concelho de [REDACTED], inscrito na matriz predial urbana no artigo [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Calheta com o n.º [REDACTED]
2. Autorizar a atribuição de um subsídio, a fundo perdido, ao candidato identificado no número anterior, no montante de € 30.512,75 (trinta mil, quinhentos e doze euros e setenta e cinco cêntimos), a concretizar em 5 fases, da seguinte forma:
  - 1.ª fase: 6.302,55 €
  - 2.ª fase: 6.052,55 €
  - 3.ª fase: 6.052,55 €
  - 4.ª fase: 6.052,55 €
  - 5.ª fase: 6.052,55 €

Notifique-se o candidato, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 49.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro.

Ponta Delgada, 21 de janeiro de 2019

A Secretária Regional da Solidariedade Social

  
Andreia Martins Cardoso da Costa



**Direção Regional da Habitação****Extrato de Despacho n.º 33/2019 de 6 de fevereiro de 2019**

Por despachos da Secretária Regional da Solidariedade Social, de 21 de janeiro de 2019, são atribuídas as seguintes participações financeiras, a fundo perdido, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, a concretizar nos termos do artigo 51.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro:

- Adolfo Manuel Sousa Pedroso, contribuinte fiscal n.º 196190614, no montante de 18.130,58 € (dezoito mil, cento e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos);

- Ana Isabel Bettencourt Gambão, contribuinte fiscal n.º 214525031, no montante de 14.111,86 € (catorze mil, cento e onze euros e oitenta e seis cêntimos);

- Cremilda Silveira dos Reis, contribuinte fiscal n.º 200690604, no montante de 20.052,65 € (vinte mil, cinquenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos);

- Daniela Prazeres Ávila, contribuinte fiscal n.º 244403244, no montante de 17.668,41 € (dezassete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e um cêntimos);

- Filomena Maria Gomes Souto, contribuinte fiscal n.º 179212869, no montante de 30.512,75 € (duzentos e cinquenta euros);

- João Idalino Brasil, contribuinte fiscal n.º 205186858, no montante de 18.551,09 € (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e um euros e nove cêntimos);

- João Manuel Silva Leonardo, contribuinte fiscal n.º 225501147, no montante de 14.522,10 € (dezasseis mil, quinhentos e trinta e três euros e setenta e seis cêntimos);

- José Gaspar Reis, contribuinte fiscal n.º 177524600, no montante de 25.053,98 € (vinte e cinco mil, cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos);

- Manuel Ilídio Nunes Silveira, contribuinte fiscal n.º 101674589, no montante de 10.375,68 € (dez mil, trezentos e setenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos);

- Maria Isilda Parreira Ávila Fonseca Nunes, contribuinte fiscal n.º 124621627, no montante de 13.211,59 € (treze mil, duzentos e onze euros e cinquenta e nove cêntimos);

- Maria Judite Azevedo Sousa, contribuinte fiscal n.º 197826300, no montante de 10.360,42 € (dez mil, trezentos e sessenta euros e quarenta e dois cêntimos);

- Maria do Natal Silveira da Cunha, contribuinte fiscal n.º 209602562, no montante de 23.759,14 € (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e nove euros e catorze cêntimos);

- Vital Arlindo da Silveira Lopes, contribuinte fiscal n.º 120954559, no montante de 13.783,33 € (treze mil, setecentos e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos).

31 de janeiro de 2019. - O Diretor Regional da Habitação, *Orlando Baptista Oliveira Goulart*.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

**DESPACHO**  
**15/DRH/2019**

Concluída a instrução do processo de candidatura n.º 50HD2011 5 (habitação degradada), de que é titular [REDACTED], contribuinte fiscal [REDACTED], residente em [REDACTED], freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED] e tendo presente o teor e as conclusões do relatório final correspondente, nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, e do artigo 50.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro, conjugados com a alínea b) do artigo 9.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, determina-se o seguinte:

1. Aprovar o processo de candidatura n.º 50HD2011 5, de que é titular [REDACTED], contribuinte fiscal [REDACTED], relativo ao prédio urbano, destinado à habitação, sito à [REDACTED], freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], inscrito na matriz predial urbana no artigo [REDACTED] e descrito na Conservatória do Registo Predial de Calheta com o n.º [REDACTED].
2. Autorizar a atribuição de um subsídio, a fundo perdido, ao candidato identificado no número anterior, no montante de € 25.053,95 (vinte e cinco mil, cinquenta e três euros e noventa e cinco cêntimos), a concretizar em 5 fases, da seguinte forma:
  - 1.ª fase: 5.210,79 €
  - 2.ª fase: 4.960,79 €
  - 3.ª fase: 4.960,79 €
  - 4.ª fase: 4.960,79 €
  - 5.ª fase: 4.960,79 €

Notifique-se o candidato, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 49.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro.

Ponta Delgada, 21 de janeiro de 2019

A Secretária Regional da Solidariedade Social

  
Andreia Martins Cardoso da Costa

**Direção Regional da Habitação****Extrato de Despacho n.º 33/2019 de 6 de fevereiro de 2019**

Por despachos da Secretária Regional da Solidariedade Social, de 21 de janeiro de 2019, são atribuídas as seguintes participações financeiras, a fundo perdido, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, a concretizar nos termos do artigo 51.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de fevereiro:

- Adolfo Manuel Sousa Pedroso, contribuinte fiscal n.º 196190614, no montante de 18.130,56 € (dezoito mil, cento e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos);
- Ana Isabel Bettencourt Gambão, contribuinte fiscal n.º 214525031, no montante de 14.111,86 € (catorze mil, cento e onze euros e oitenta e seis cêntimos);
- Cremilda Silveira dos Reis, contribuinte fiscal n.º 200690604, no montante de 20.052,65 € (vinte mil, cinquenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos);
- Daniela Prazeres Ávila, contribuinte fiscal n.º 244403244, no montante de 17.668,41 € (dezasseis mil, seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e um cêntimos);
- Filomena Maria Gomes Souto, contribuinte fiscal n.º 179212869, no montante de 30.512,75 € (duzentos e cinquenta euros);
- João Idalino Brasil, contribuinte fiscal n.º 205186858, no montante de 18.551,09 € (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e um euros e nove cêntimos);
- João Manuel Silva Leonardo, contribuinte fiscal n.º 225501147, no montante de 14.522,10 € (dezasseis mil, quinhentos e trinta e três euros e setenta e seis cêntimos);
- José Gaspar Reis, contribuinte fiscal n.º 177524600, no montante de 25.053,06 € (vinte e cinco mil, cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos);
- Manuel Ilídio Nunes Silveira, contribuinte fiscal n.º 101674589, no montante de 10.375,68 € (dez mil, trezentos e setenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos);
- Maria Isilda Parreira Ávila Fonseca Nunes, contribuinte fiscal n.º 124621627, no montante de 13.211,59 € (treze mil, duzentos e onze euros e cinquenta e nove cêntimos);
- Maria Judite Azevedo Sousa, contribuinte fiscal n.º 197826300, no montante de 10.360,42 € (dez mil, trezentos e sessenta euros e quarenta e dois cêntimos);

- Maria do Natal Silveira da Cunha, contribuinte fiscal n.º 209602562, no montante de 23.759,14 € (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e nove euros e catorze cêntimos);

- Vital Arlindo da Silveira Lopes, contribuinte fiscal n.º 120954559, no montante de 13.783,33 € (treze mil, setecentos e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos).

31 de janeiro de 2019. - O Diretor Regional da Habitação, *Orlando Baptista Oliveira Goulart*.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Solidariedade Social  
Direção Regional da Habitação

## CONTRATO DE GESTÃO DE APOIO

Entre:

A Secretaria Regional da Solidariedade Social, contribuinte fiscal 600083748, através da Direção Regional da Habitação, representada pelo seu diretor regional, Orlando Batista Oliveira Goulart, ao abrigo do nº 4 do artigo 53º do Decreto Legislativo Regional nº 6/2002/A, de 11 de março, adiante designada por primeira outorgante;

[REDACTED], contribuinte nº [REDACTED] residente na [REDACTED], freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], adiante designada por segundo outorgante.

Casa da Providência de São José, com contribuinte fiscal n.º 512009902, e sede na Rua Manuel Machado Pacheco, Nº 22A, freguesia de Calheta, concelho de Calheta, representado pela Patrícia Isabel Rodrigues da Silva, adiante designado por terceiro outorgante.

É celebrado o presente Contrato de Gestão de Apoio ao abrigo do disposto no nº 5 do art. 11º do Decreto Legislativo Regional nº 6/2002/A, de 11 de março, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/2009/A, de 16 de dezembro, conjugado o disposto no art. 53º do Decreto Regulamentar Regional nº 1/2003/A, de 6 de fevereiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 7/2004/A, de 26 de março, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª

#### (Objeto)

O presente contrato tem por objeto a gestão da comparticipação financeira concedida ao segundo outorgante para, no âmbito da reabilitação, reparação e beneficiação, execução de obras de reabilitação do prédio urbano, destinado a habitação, sito na freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], descrito na Conservatória do Registo Predial de Calheta sob o nº [REDACTED] e inscrito no artigo [REDACTED] da matriz predial urbana, destinado a habitação própria e permanente do respetivo agregado familiar.

### CLÁUSULA 2ª

#### (Comparticipação financeira)

A primeira outorgante comparticipará as obras referidas na cláusula anterior no montante de 25.053,96 € (vinte e cinco mil cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos) que inclui o IVA à taxa legal em vigor, calculado nos termos previstos no nºs. 1 e 2 do artigo 11º do Decreto





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Solidariedade Social  
Direção Regional da Habitação

Legislativo Regional nº 6/2002/A, de 11 de março, conjugado o disposto na alínea b) do nº 2 do art. 18º do Decreto Regulamentar Regional nº 1/2003/A, de 6 de fevereiro, na redação atual.

CLÁUSULA 3ª

**(Norma financeira)**

A comparticipação financeira referida na cláusula anterior será concretizada em 5 prestações, mediante vistorias e autos de medição a efetuar pelos serviços da primeira outorgante, a primeira no valor de 5.210,79 € (cinco mil e duzentos e dez euros e setenta e nove cêntimos), que inclui a quantia de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), destinada ao registo do ónus de inalienabilidade, e quatro no valor de 4.960,79 € (quatro mil novecentos e sessenta euros e setenta e nove cêntimos).

CLÁUSULA 4ª

**(Obrigações do segundo outorgante)**

Tendo em vista a viabilização da ação a realizar, o segundo outorgante, como beneficiário do apoio, obriga-se, nomeadamente, a:

- a) Efetuar o registo do ónus de inalienabilidade previsto no artigo 12º do Decreto Legislativo Regional nº 6/2002/A, de 11 de março;
- b) Assegurar o licenciamento da obra caso a tal esteja sujeita;
- c) Cooperar nas ações de fiscalização e controlo exercidas pelos serviços da primeira outorgante e respeitantes quer ao processo de candidatura, quer à execução dos trabalhos, quer ao acatamento das obrigações supervenientes;
- d) Celebrar, após a realização dos trabalhos, contrato de seguro respeitante à habitação apoiada;
- e) Afetar o imóvel apoiado a habitação própria permanente do respetivo agregado familiar.

CLÁUSULA 5ª

**(Obrigações do terceiro outorgante)**

Tendo em vista a viabilização da ação a realizar, o terceiro outorgante, como entidade gestora, obriga-se, nomeadamente, a:

- a) Não afetar a comparticipação recebida a fim diferente do referido na cláusula primeira;
- b) Iniciar as obras no prazo máximo de seis meses a contar da assinatura do presente contrato e concluí-las no prazo máximo de doze meses a contar do seu início;
- c) Realizar os trabalhos descritos no relatório técnico de obras aprovado, de acordo com as regras da boa execução;





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Solidariedade Social  
Direção Regional da Habitação



- d) Gerir, executar e zelar pelo bom funcionamento e utilização dos recursos adstritos à ação do presente contrato;
- e) Assegurar que o processo seja documentado com o registo a que respeita a alínea a) da cláusula anterior;
- f) Comunicar, por escrito, no prazo de dez dias úteis, à primeira outorgante qualquer ocorrência passível de prejudicar a realização da obra nos termos pretendidos ou de atrasar a sua conclusão;
- g) Cooperar nas ações de fiscalização e controlo exercidas pelos serviços da primeira outorgante, quer na execução dos trabalhos, quer no acatamento das obrigações supervenientes;
- h) Apresentar os documentos comprovativos de despesa emitidos pelos respetivos fornecedores dos bens e pelos prestadores dos serviços.

CLÁUSULA 6ª

**(Fiscalização)**

A primeira outorgante, através da Direção Regional da Habitação, reserva-se o direito de, a todo o tempo e sem necessidade de comunicação prévia, proceder às ações de fiscalização que reputar por convenientes, tendo em vista aquilatar da conformidade da aplicação do apoio concedido com o estipulado no presente contrato, devendo o segundo e a terceira outorgantes colaborar com a entidade fiscalizadora, proporcionando-lhe todos os meios materiais e documentais necessários ao exercício dessa missão.

CLÁUSULA 7ª

**(Resolução do contrato)**

1 - O não cumprimento de alguma ou algumas das obrigações assumidas neste contrato por qualquer das partes outorgantes, confere às outras o direito de o resolver.

2 - A resolução será comunicada à parte faltosa, por carta registada com aviso de receção, e produzirá efeitos a partir da data da assinatura de tal aviso.

3 - Sem prejuízo do estipulado no nº 1, caso o incumprimento seja da responsabilidade do segundo e/ou do terceiro outorgantes, aplicar-se-á, consoante as situações, o disposto no art. 18º do Decreto Legislativo Regional nº 6/2002/A, de 11 de março, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/2009/A, de 16 de dezembro.

CLÁUSULA 8ª

**(Prazo de vigência)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura pelas partes.

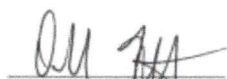


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Solidariedade Social  
Direção Regional da Habitação

Feito em triplicado, aos dois dias do mês de novembro de 2020

**Pela Direção Regional da Habitação,**

O Diretor Regional

  
Orlando Goulart

**O Beneficiário,**



**Casa da Providência de São José**

A Presidente

  
Patrícia Silva

**MAPA GLOBAL DE FATURAS**

	Entrega	Total do Apoio	Recibo
		<b>25 053,95 €</b>	
<b>Fornecedor</b>		<b>Valor das faturas</b>	
<b>Ónus</b>	29/04/2019	<b>250,00 €</b>	
<b>Investri</b>			
FAC I21/114	22/04/2021	2 398,00 €	REC I21/89
FAC I21/159	27/05/2021	1 445,57 €	
FAC I21/131	03/05/2021	996,72 €	
FAC I21/215	24/06/2021	807,23 €	
FAC I21/352	08/11/2021	1 848,46 €	REC I21/289
FAC I21/215	08/07/2022	807,23 €	
FAC I21/159	08/07/2022	1 445,57 €	
FAC I21/508	08/07/2022	1 200,51 €	
<b>André Felipe Cabral Machado</b>			
Fatura 0001	03/05/2021	400,00 €	
Fatura 0002	17/06/2021	500,00 €	
Fatura 0003	07/07/2021	500,00 €	Fatura-Recibo 00003
Fatura 0004	23/11/2021	400,00 €	Fatura-Recibo 0004
Fatura 0005	23/11/2021	400,00 €	Fatura-Recibo 0005
Fatura 0009	08/07/2022	600,00 €	Recibo 0009
Fatura 0008	08/07/2022	500,00 €	Recibo 0008
Fatura 0010	08/07/2022	400,00 €	Recibo 0010
<b>CIN</b>			
FT VAS/019003	08/07/2022	23,19 €	Fatura-Recibo
FT VAS/019076	08/07/2022	11,60 €	Fatura-Recibo
<b>JAIME SOUSA NEVES</b>			
FAC I21/4087	08/07/2022	102,15 €	
<b>Jorge Bloco</b>			
FACT 82122/2902	08/07/2022	737,73 €	
FACT 82122/3946	08/07/2022	1 828,97 €	
FACT 121/7609	08/07/2022	82,17 €	
<b>CFC</b>			
FT 2022A1/4302	08/07/2022	48,60 €	
<b>TOTAL</b>		<b>17 733,70 €</b>	

Mapa elaborado em 08/07/2022

Foram libertados 4 fases

5 210,79 €  
4 960,79 €  
4 960,79 €  
4 960,79 €

**20 093,16 €**

17 733,70

2 359,46